

VALORIZAÇÃO dos nossos Artistas Músicos

por Fernando Lopes Graça



A propósito de dois notáveis instrumentistas que recentemente se fizeram ouvir nos chamados concertos de Outono do Tivoli: o pianista Artur Rubinstein, de fama mundial, e o violoncelista Maurice Gendron, no início de uma carreira que se antevê gloriosa, apraz-nos recordar o nome de dois artistas portugueses: José Viana da Mota e Guilhermina Suggia que, nas obras agora executadas, o 4.º Concerto para piano de Beethoven, e os Concertos para vio-

loncello de Haydn e Dvorak, brilharam por toda a parte como intérpretes inigualáveis.

Falecidos há pouco tempo, não pertencem a um passado tão longínquo que não os possamos recordar ainda, e lembrá-los do mesmo passo às gerações novas, com o orgulho e o respeito que nos devem merecer os verdadeiros valores nacionais, aqueles valores que, na nossa actual e cada vez mais pronunciada idolatria pelo artista estrangeiro (e qualquer que ele seja, ilustre, de facto, ou simples prestidigitador), tendemos lamentavelmente a subestimar ou, pelo menos, a considerar sob o ângulo de uma admiração reticente, se não meramente formal.

Viana da Mota e Guilhermina Suggia foram dois dos mais excelentes artistas músicos desta terra. Hoje todos o dizem, ou todos se sentem na obrigação de o dizer; mas, quando vivos, nem todos o pensavam: o desdém, a indiferença e não raro até o abocanhamento foram durante muito tempo os únicos prémios com que galardoamos o seu talento — e o caso de Viana da Mota, nomeadamente, é sintomático, mesmo até na morte... Não foi aqui que eles conquistaram as palmas da sua glória, não. O estrangeiro reconheceu-lhes o valor excepcional muito mais cedo do que nós. Aqui, os nossos valores passam-nos à porta, cruzamos com eles nas ruas, mas só damos por eles tarde de mais.

Nós somos assim: muito patrioticamente orgulhosos das nossas glórias, mas as nossas glórias são quase sempre... póstumas.

O pior é que não temos emenda, o pior é que a indife-



Guilhermina Suggia — Barro de Cruz Caldas

rença, o menosprezo do artista nacional vivo continua a ser a nossa atitude corrente, o pior é que continuamos a passar certamente por muitos e indiscutíveis valores que só reco-

nhecemos depois do seco necrológico jornalístico ou do quantas vezes banal *In Memoriam*.

Na música, possuímos aí uma dezena de artistas — ins-



Viana da Mota — Óleo de Columbano

trumentistas de arco, pianistas, cantores — de indiscutível mérito, reais talentos que não desmerecem da tradição dos nossos grandes concertistas e cujo confronto com tantos dos virtuosos estrangeiros que nos visitam, e que nós tão entusiasticamente acarinhámos, não pode resultar em seu desabono. Mas quem — já lá o dizia o Nobre: *Que desgraça nascer em Portugal!* — quem dá por eles, que oportunidades se lhes oferecem (as que lhes apresentam são quase sempre de favor...), que estímulos proporcionamos à sua arte, que fazemos para os valorizar, como os consideramos, como os estimamos?

Há para aí várias sociedades de concertos, outras se criam, os empreendimentos musicais públicos pululam, as temporadas de concertos sucedem-se aqui e ali: mas em vão se procuraria que deste intenso e algo descontrolado movimento algum benefício resultasse para os nossos intérpretes musicais. O virtuoso estrangeiro — bom, mau ou sofrível — é que é a base, o chamariz, o engodo de toda esta actividade, no fundo e atentamente vistas as coisas, bem fictícia sob o ponto de vista de uma verdadeira cultura. O público assim o quer, os empresários condescendem (na verdade, não se sabe bem se não são os empresários que o querem, e se não é o público que condescende) .. Quanto aos artistas nacionais, oh! esses têm tempo de se afirmar, de singrar, de brilhar... *post mortem*.

Não seria possível, não seria desejável, não constituiria um dever pensar, estudar, elaborar quaisquer medidas tendentes a proteger o artista músico nacional, a garantir-lhe a apresentação pública, a proporcionar-lhe o rendimento de que ele em tantos casos é capaz, ainda que com sacrifício do virtuoso estrangeiro e sem que com isto fôssemos cair em feio pecado de xenofobismo? Cremos que já alguma coisa se tentou oficialmente neste sentido. Desgraçadamente, o que parece é que as obrigações decorrentes do estatuto proposto se escaparam habilidosamente pelas lansas malhas da condescendência e da tolerância — e os nossos intérpretes musicais aí continuam à espera que queiram reparar neles ou que qualquer mera e degradante oportunidade de favor se lhes depare.

Fernando Lopes Graça